

Quinquênio

Para analistas, PEC tem o efeito de uma 'contrarreforma' administrativa

Proposta aumenta a desigualdade dentro do serviço público e está na contramão de qualquer reformulação administrativa

WESLEY GALZO
BRASÍLIA

Além de produzir uma situação de instabilidade nas contas públicas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Quinquênios tem como efeito o aumento da desigualdade dentro da administração pública, na contramão de uma reforma administrativa que gere melhoria na qualidade do serviço público. O alerta foi feito ao **Estadão** por Wagner Lenhart, diretor executivo do Ins-

tituto Millenium, e por Vera Monteiro, vice-presidente do Instituto República.Org.

Enquanto os senadores prosseguem com a discussão à revelia das projeções negativas nas contas públicas, Vera Monteiro destacou que a medida aprofunda desigualdades no serviço público e cria um "novo" teto salarial ainda mais alto do que o atual de R\$ 44 mil – valor equivalente à remuneração de ministro do Supremo Tribunal Federal – para as carreiras beneficiadas.

"Essa PEC aumenta muito a desigualdade dentro da administração pública. A base ganha muito pouco e é quem trabalha na área da saúde, da educação, da assistência social. Essa PEC faz com que essa pirâmide, que já é muito ruim, piore. Isso vai na contramão

de qualquer proposta de transformação do Estado e reforma administrativa que gere melhoria na qualidade do serviço público. Não dá para falar em reforma administrativa com uma PEC como essa. Isso é a contrarreforma", disse Vera.

O Ministério da Fazenda estima que o custo anual do pendurcalho concedido para integrantes do Judiciário e do Ministério Público pode chegar a R\$ 40 bilhões. Esse montante, que supera o orçamento de pastas do governo federal, deve ser pago a um universo restrito de servidores. Levantamento realizado pelo República.Org contabiliza 11 milhões de servidores públicos em atividade no País. Na magistratura, uma das carreiras beneficiadas pela PEC, o contingente de profissionais é de pouco mais de 18 mil servidores ativos, segundo dados de 2018 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

'IMORAL'. Para Wagner Lenhart, a medida tem uma face "irresponsável, indefensável e imoral". "Nós não podemos esquecer que vivemos num país de renda média baixa, que tem diversos problemas sociais, onde quem recebe R\$ 7 mil já é enquadrado entre os 10% mais ricos. Num cenário como esse, uma proposta que traz esse ti-

"Uma proposta que traz esse tipo de benefício para pessoas que têm níveis remuneratórios muito mais altos não parece fazer qualquer sentido e, se aprovada, mais uma vez a maioria mais pobre e que não tem poder de lobby vai pagar a conta"

Wagner Lenhart
Diretor executivo do Instituto Millenium

po de benefício para pessoas que têm níveis remuneratórios muito mais altos não parece fazer qualquer sentido e, se aprovada, mais uma vez a maioria mais pobre e que não tem poder de lobby vai pagar a conta", disse Lenhart.

A PEC é de autoria do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e prevê a volta do pagamento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) para carreiras do Judiciário e do Ministério Público a cada cinco anos.

Para Lenhart, o Senado de-

veria abandonar a discussão da PEC e se concentrar na aprovação do projeto que limita os supersalários, ao regulamentar o pagamento de verbas indenizatórias, também conhecidas como "pendurcalhos". A proposta está parada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

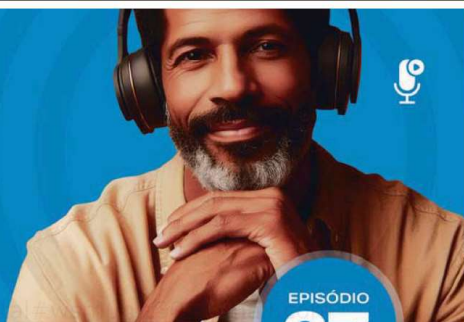
EFICIÊNCIA. "No fundo, estamos falando da alocação eficiente de recursos. Quando você estabelece orçamento do Judiciário, é ele quem vai decidir como gerir esse dinheiro. Se ele quer gastar 100% do orçamento com salário, a decisão é dele", afirmou Vera.

Os dados do CNJ mostram que o Poder Judiciário atuou com orçamento de R\$ 119 bilhões em 2022. Naquele ano foram empenhados R\$ 118 bilhões (dinheiro que foi destinado a alguma despesa), dos quais R\$ 72 bilhões foram direcionados apenas para o pagamento de pessoal ativo. Esse valor corresponde a 61% dos gastos dos tribunais do País.

Ainda há outras despesas com servidores, como pagamento de pensões e remuneração de membros inativos. Os investimentos, em contrapartida, somaram pouco mais de R\$ 2 bilhões em 2022 – aproximadamente 1,6% do orçamento. ●

VODCAST dois pontos

Forme **sua opinião**
ouvindo os "Dois Pontos"



EPISÓDIO
27

Geração Z no mercado de trabalho: problemática ou consciente?

Avessos a burocracias, não gostam de trabalhar e rompem hierarquias. Estas são apenas algumas das características associadas à geração Z (nascidos entre 1995 e 2012). Será que a avaliação é justa? Por outro lado, a categoria também é responsável por levantar questionamentos, a exemplo da saúde mental e da forma de trabalhar, que pressionam empresas e pessoas comuns a repensarem a relação com o trabalho.

Para entender as principais nuances da discussão e o contexto brasileiro dos jovens trabalhadores, a nova edição do Dois Pontos convidou para a bancada a empreendedora **Giulia Braide** e a especialista em Futuro do Trabalho **Maira Blasi**.

O episódio tem a apresentação da colunista do Estadão, **Roseann Kennedy**, e participação da repórter de Carreiras do Estadão, **Jayanne Rodrigues**.



Use o QR code
para acessar



bit.ly/impressoep27

Basta apontar a
câmera do seu
celular para a
imagem acima.

PRESTADOR DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO
PressReader.com - 1 604 272 4604
Copyright © 2024 PressReader.com

ESTADÃO

pressreader